



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ATO Nº 55/2016

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o art. 55, Inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

RESOLVE:

Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(JANEIRO/2015 à DEZEMBRO/2015)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	797.236.969,09	285.882,76
Pessoal Ativo	795.797.810,61	69.363,02
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.439.158,48	216.519,74
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	44.115.240,77	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	40.236,28	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	44.075.004,49	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	753.121.728,32	285.882,76
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	11.951.594.613,26	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	753.407.611,08	6,30
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III. art. 20 da LRF)	717.095.676,80	6,00
LIMITE PRUDENCIAL(VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único. art. 22 da LRF)	681.240.892,96	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	645.386.109,12	5,40

FONTE: Despesas: Sigefes - Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
Receitas: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 21/01/2016, por meio eletrônico.

NOTAS EXPLICATIVAS RGF - ANEXO I

Item 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Item 2 - Não incluído no montante da despesa com pessoal o valor da complementação previdenciária (Aporte), considerando o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prolatado no Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, bem como em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, conforme manifestação registrada na Decisão Plenária TC nº 006/2001 e Resolução nº 189/03.

Vitória, 28 de janeiro de 2016

Des. Annibal de Rezende Lima
Desembargador Presidente

Marcelo Tavares de Albuquerque
Secretário Geral

Fabio Cardoso Mello
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

José Adriano Pereira
Secretário de Controle Interno

Soneide de Almeida Santos
Coordenadora de Contabilidade

Frederico de Sá Magalhães
Coordenador de Auditoria



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
DESPESAS COM PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO
APURAÇÃO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2015
Janeiro/2015 à Dezembro/2015)

MÊS	Liquidados		Não Liquidado (RAP)		Orçamentário	
	Coluna 1 PESSOAL ATIVO QUADRO PERMANENTE	Coluna 2 PESSOAL TERCEIRIZADO	Coluna 3 PESSOAL TERCEIRIZADO (inscrição)	Coluna 4 PESSOAL TERCEIRIZADO (anulação)	Coluna 5 PESSOAL ATIVO QUADRO PERMANENTE (inscrição)	Coluna 6 DESP. EX. ANT. PESSOAL ATIVO
jan/15	86.857.729,41	0,00	0,00	0,00	0,00	4.446.221,77
fev/15	65.111.988,48	87.544,59	0,00	0,00	0,00	4.562.428,84
mar/15	65.244.766,62	88.320,46	0,00	0,00	0,00	4.371.587,72
abr/15	65.980.474,01	88.320,46	0,00	0,00	0,00	4.327.333,38
mai/15	64.938.085,46	88.320,46	0,00	0,00	0,00	3.740.465,39
jun/15	64.891.414,08	88.320,46	0,00	0,00	0,00	3.542.162,18
jul/15	68.969.988,19	305.882,07	0,00	0,00	0,00	3.659.935,51
ago/15	63.684.866,89	136.484,86	0,00	0,00	0,00	3.342.684,15
set/15	62.925.643,92	136.484,86	0,00	0,00	0,00	3.098.387,69
out/15	62.990.054,34	137.917,10	0,00	0,00	0,00	2.997.806,18
nov/15	61.960.141,99	137.917,10	0,00	0,00	0,00	2.964.532,39
dez/15	62.242.657,22	143.646,06	69.363,02	0,00	216.519,74	3.021.459,29
TOTAL	795.797.810,61	1.439.158,48	216.519,74	0,00	69.363,02	44.075.004,49

Em amarelo: Despesa Bruta com Pessoal

797.236.969,09 (Colunas 1 + 2)
285.882,76 (Coluna 3 - 4 + 5)
797.522.851,85 (Total bruto) = I

Em cinza: valores não computados no RGF

44.075.004,49 (Coluna 6) = II

Despesa Líquida Com Pessoal (registrada no RGF)

753.447.847,36 (I - II)

Vitória (ES), 28 DE JANEIRO DE 2016

Des. Annibal de Rezende Lima
Desembargador Presidente

Marcelo Tavares de Albuquerque
Secretário Geral

Fabio Cardoso Mello
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

Soneide de Almeida Santos
Coordenadora de Contabilidade

Jose Adriano Pereira
Secretario de Controle Interno

Frederico de Sá Magalhães
Coordenador de Auditoria



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") RS 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	(MR-1) jan/15	(MR-2) fev/15	(MR-3) mar/15	(MR-4) abr/15	(MR-5) mai/15	(MR-6) jun/15	(MR-7) jul/15	(MR-8) ago/15	(MR-9) set/15	(MR-10) out/15	(MR-11) nov/15	(MR-12) dez/15	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)	86.857.729,41	65.199.533,07	65.333.087,08	66.068.794,47	65.026.405,92	64.979.734,54	69.275.870,26	63.821.351,75	63.062.128,78	63.127.971,44	62.098.059,09	62.386.303,28	797.236.969,09	285.882,76
Pessoal Ativo	86.857.729,41	65.111.988,48	65.244.766,62	65.980.474,01	64.938.085,46	64.891.414,08	68.969.988,19	63.684.866,89	62.925.643,92	62.990.054,34	61.960.141,99	62.242.657,22	795.797.810,61	69.363,02
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF).	0,00	87.544,59	88.320,46	88.320,46	88.320,46	88.320,46	305.882,07	136.484,86	136.484,86	137.917,10	137.917,10	143.646,06	1.439.158,48	216.519,74
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.446.221,77	4.562.428,84	4.371.587,72	4.327.333,38	3.776.564,16	3.542.162,18	3.659.935,51	3.342.684,15	3.098.387,69	2.997.806,18	2.968.669,90	3.021.459,29	44.115.240,77	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	36.098,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.137,51	0,00	40.236,28	
Decorrentes de Decisão Judicial														
Despesas de Exercícios Anteriores	4.446.221,77	4.562.428,84	4.371.587,72	4.327.333,38	3.740.465,39	3.542.162,18	3.659.935,51	3.342.684,15	3.098.387,69	2.997.806,18	2.964.532,39	3.021.459,29	44.075.004,49	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	82.411.507,64	60.637.104,23	60.961.499,36	61.741.461,09	61.249.841,76	61.437.572,36	65.615.934,75	60.478.667,60	59.963.741,09	60.130.165,26	59.129.389,19	59.364.843,99	753.121.728,32	285.882,76
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	753.407.611,08													
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR												% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.951.594.613,26												-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + III b)	753.407.611,08												6,30	
LIMITE MÁXIMO (VI) = (0,90 x V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	717.095.676,80												6,0	
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	681.240.892,96												5,7	
LIMITE DE ALERTA (VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	645.386.109,12												5,4	

Fonte: Sigefes - Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64

<MR> - Essa coluna identifica a Despesa com Pessoal liquidada no mês de referência. O mês Correspondente deve ser apresentado no formato <mmm/aa>. Ex.: Abr/11.

<MR-1>, <MR-2>, <MR-3>... - Essas colunas identificam Despesa com Pessoal liquidada nos meses anteriores, isto é, mês de referência menos um mês, mês de referência menos dois meses, e assim por diante.

Os meses anteriores correspondentes devem ser informados no formato <mmm/aa>. Ex.: considerando como mês de referência abril de 2011, <MR-1> será Mar/11, <MR-2> será Fev/11, <MR-3> será Jan/11,

<MR-4> será Dez/10, e assim por diante.

TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) - Essa coluna identifica o somatório da coluna LIQUIDADADA, representada pelas colunas <MR-11> a <MR>, isto é, os valores mensais acumulados

Vitória (ES), 28 DE JANEIRO DE 2016

Des. Annibal de Rezende Lima
Desembargador Presidente

Marcelo Tavares de Albuquerque
Secretário Geral

Fabio Cardoso Mello
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

Jose Adriano Pereira
Secretário de Controle Interno

Soneide de Almeida Santos
Coordenadora de Contabilidade

Frederico de Sá Magalhães
Coordenador de Auditoria



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	9.765.248,93	0,00	0,00	0,00	9.765.248,93	0,00	0,00	0,00
Recursos Tribunal de Justiça (caução)	1.025.569,22	0,00	0,00	0,00	1.025.569,22	0,00	0,00	0,00
Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário (caução)	8.739.679,71	0,00	0,00	0,00	8.739.679,71	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	187.138.759,13	919.497,95	2.484.239,81	640.590,46	371.749,80	182.722.681,11	22.552.644,40	0,00
Recursos Tribunal de Justiça	21.078.969,62	385.892,84	866.219,17	0,00	370.912,73	19.455.944,88	176.038,39	0,00
Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário	166.059.789,51	533.605,11	1.618.020,64	640.590,46	837,07	163.266.736,23	22.376.606,01	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	196.904.008,06	919.497,95	2.484.239,81	640.590,46	10.136.998,73	182.722.681,11	22.552.644,40	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES								

Fonte: Sigefes- Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo

1 - Na apuração das disponibilidades não foram computadas as despesas realizadas sem prévio empenho e registradas com atributo permanente "P", cujo levantamento foi realizado pela Comissão para levantamento do passivo constituída através do ato nº 219/2015, com o objetivo de promover o levantamento referente às dívidas constantes dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. Após apuração das dívidas obteve-se o montante de R\$ 97.756.030,59, conforme detalhamento a seguir:

211110202 - DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO A PAGAR	13.100.000,00
2111429810 - OUTROS ENCARGOS- DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO A PAGAR	2.900.000,00
221110100 - PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	71.522.219,82
221419800 - OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	10.233.810,77
TOTAL.....	97.756.030,59



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

2 – Na coluna (b) “OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS” estão sendo considerados os seguintes valores:

RECURSOS TRIBUNAL DE JUSTIÇA

218810102 - INSS	298.197,34
218810130 - INSS - 13º SALÁRIO	53.267,75
218810133 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A REGULARIZAR	19.447,64
TOTAL.....	370.912,73

RECURSOS FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO

218810410 - DEVOLUÇÃO DE VALORES A QUEM DE DIREITO - DETALHADO POR FONTE	471,44
218911200 - RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR DEDUÇÃO - DETALHADA POR FONTE	365,63
TOTAL.....	837,07

Vitória (ES), 28 DE JANEIRO DE 2016

Des. Annibal de Rezende Lima
Desembargador Presidente

Marcelo Tavares de Albuquerque
Secretário Geral

Fabio Cardoso Mello
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

Jose Adriano Pereira
Secretário de Controle Interno

Soneide de Almeida Santos
Coordenadora de Contabilidade

Frederico de Sá Magalhães
Coordenador de Auditoria



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	11.951.594.613,26

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	753.407.611,08	6,30%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	717.095.676,80	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%	681.240.892,96	5,70%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	22.552.644,40	182.722.681,11

Fonte: Sigefes- Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo

Vitória (ES), 28 DE JANEIRO DE 2016

Des. Annibal de Rezende Lima

Desembargador Presidente

Marcelo Tavares de Albuquerque
Secretário Geral

Fabio Cardoso Mello
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

Jose Adriano Pereira
Secretario de Controle Interno

Soneide de Almeida Santos
Coordenadora de Contabilidade

Frederico de Sá Magalhães
Coordenador de Auditoria



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

PIB ABAIXO 1%

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2015			2016			2016		
2º Quadrimestre			1º Quadrimestre			3º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
6,00%	6,32%	0,32%	0,11%	6,22%				

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar se ultrapassado qualquer dos limites: (Inciso II art. 55 da LRF)

Este Egrégio Tribunal de Justiça tem adotado medidas saneadoras com vistas à recuperação dos limites legais impostos para os gastos com pessoal, medidas estas que passaram a ser adotadas a partir do resultado da apuração do limite de pessoal no Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2015, o qual apresentou o percentual de 5,95% da RCL estadual, ou seja, ultrapassou o LIMITE PRUDENCIAL estabelecido pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF (5,7%).

Com efeito, abaixo apresentamos tabela indicando as medidas já adotadas por este Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:

MEDIDAS	NORMATIVOS	ENQUADRAMENTO	ANEXO
Suspensão das substituições de parte dos cargos e funções das áreas administrativas e judiciárias	Ato nº 85/2015 publicado em 27/05/2015	Art. 22, inc. I da LRF	I
Cessação das designações de 102 servidores que ocupavam função gratificada no E. Tribunal de Justiça	Art. 1º do Ato Normativo 092/2015, publicado em 02/06/2015 – DJ/ES	Art.169, § 3º, inc. I, CF	II
Exoneração de 14 servidores ocupantes do cargo comissionado de Assessor Judiciário que possuíam cargos efetivos	Art. 5º do Ato Normativo 092/2015, publicado em 02/06/2015 – DJ/ES	Art.169, § 3º, inc. I, CF	II
Suspensão do pagamento de hora extra para Servidores, Magistrados	Art. 7º do Ato Normativo 092/2015, publicado em	Art. 22, inc. V da LRF	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

	02/06/2015– DJ/ES		
Suspensão da realização de curso ministrado por Servidores e Magistrados	Ofício Circular TJES 21/2015 Distribuído aos secretários em 02/07/2015	Art. 22, inc. I da LRF	
Suspensão do pagamento de gratificação para Servidores e Magistrados em razão de plantão	Resolução 029/2015, publicada em 03/07/2015 - DJ/ES	Art. 22, inc. V da LRF	
Suspensão de eventuais reajustes para os membros do Poder Judiciário (Magistrados)	Art. 1º da Resolução 069/2015, publicada em 20/11/2015 – DJ/ES	Art. 22, inc. I, LRF	III
Exoneração de 38 servidores ocupantes exclusivamente do cargo comissionado de Assessor Judiciário	Ato nº 1531/2015 ao Ato nº 1568/2015, publicados em 27/11/2015 – DJ/ES	Art.169, § 3º, inc. I, CF	IV
Exoneração de 29 servidores ocupantes do cargo comissionado de Assessor Juiz	Ato nº 1575/2015 ao Ato nº 1603/2015, publicados em 27/11/2015 – DJ/ES	Art.169, § 3º, inc. I, CF	IV
Invalidação dos atos 1232 e 1233/2015 assim como os efeitos financeiros das promoções dos servidores dos Poder Judiciário	Ato nº 1506/2015 publicado em 20/11/2015 – DJ/ES e Art. 1º da Lei nº 10.470, publicado em 18/12/2015 – DO/ES	Art. 22, inc. I, LRF	V/VI
Prorrogação para os exercícios de 2018 e 2019 da vigência das novas tabelas de vencimentos dos cargos efetivos constantes da Lei nº 10.278/2014	Art. 2º da Lei nº 10.470, publicado em 18/12/2015 – DO/ES	Art. 22, inc. I, LRF	VI
Prorrogação para os exercícios de 2018 e 2019 dos reajustes dos vencimentos dos cargos comissionados, previstos na Lei nº 10.278/2014	Art. 3º da Lei nº 10.470, publicado em 18/12/2015 – DO/ES	Art. 22, inc. I, LRF	VII
Não concessão de revisão geral anual aos servidores do Poder Judiciário		Art. 22, inc. I, LRF	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

Não deflagração do processo de promoção de magistrados para dois cargos de Desembargadores, os quais permanecem vagos, a despeito das conclusões do Parecer Consulta TC-010/2015/Plenário, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado;		Art. 22, inc. I, LRF	
Somente foram realizadas nomeações concomitantes às exonerações de servidores quando imprescindível a substituição destes para manutenção da Administração Judiciária		Art. 22, inc. I, LRF	

Quanto à implementação de ações futuras para a recondução do percentual de gastos com pessoal do Poder Judiciário aos limites previstos na LRF, informamos que já foram realizados estudos para alinhamento das medidas a serem adotadas, na forma prevista nos Parágrafos 3º e 4º do Art. 169 da Constituição Federal de 1988.

Por conseguinte, já se encontram apurados cargos e funções passíveis de extinção de forma gradativa e na proporção adequada, para evitar, na medida do possível, prejuízos ainda maiores dos que os já causados ao funcionamento do Poder.

É salutar informar que todos os estudos acima citados inicialmente foram realizados tomando como referência a Receita Corrente Líquida - RCL prevista nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária publicados pelo Poder Executivo do Estado do Espírito Santo no Exercício de 2015, e na proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 (R\$ 12.614.707.830,00).

Porém, como é de conhecimento de todos, a evolução ou não da RCL é um fator externo, que está fora do controle deste Tribunal, cabendo a este somente realizar, como tem sido feito, um acompanhamento efetivo do crescimento (ou não) de tal receita, monitorando eventos que de alguma forma possam impactar de forma positiva ou negativa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

Ocorre que ao realizar tal monitoramento, vislumbraram-se robustas incertezas quanto à concretização dos valores estimados pelo Poder Executivo do Estado do Espírito Santo para a RCL do exercício de 2016. Com efeito, diante de tal cenário, a estimativa de receita acima indicada, se revista pelo Poder Executivo, certamente acarretará ações ainda mais severas do que aquelas inicialmente pensadas pelo TJES.

Com efeito, quanto às medidas aqui previstas, entendemos que decorrido o prazo para o enquadramento tenhamos obtido êxito de maneira a retornar ao devido cumprimento de dispositivo legal.

Vitória, 28 de janeiro de 2016

Des. Annibal de Rezende Lima
Desembargador Presidente

Marcelo Tavares de Albuquerque
Secretário Geral

Fabio Cardoso Mello
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

José Adriano Pereira
Secretário de Controle Interno

Soneide de Almeida Santos
Coordenadora de Contabilidade

Frederico de Sá Magalhães
Coordenador de Auditoria